

Avaliação das ações de Extensão Universitária sob a perspectiva do público-alvo: o Índice de Impacto Social

Matheus Anchieta Ramirez

Professor da Escola de Veterinária da UFMG
matheusarta@yahoo.com.br

Eleonora Schettini Martins Cunha

Professora do Departamento de Ciência Política da FAFICH da UFMG
eleonora@fafich.ufmg.br

230

Resumo

É recorrente a preocupação, em âmbito universitário, no que tange a avaliação das ações de Extensão. Porém é de fundamental importância que esse processo não seja baseado naqueles tradicionalmente desenvolvidos pela Pesquisa, sob pena da Extensão nunca deixar de ocupar uma postura subalterna no universo universitário. Uma vez que o processo de avaliação é também um norteador das ações a serem implementadas, propõe-se que esse valorize o público ao qual se destina e, conseqüentemente, seu impacto social e a natureza da ação, se continuada ou não. Dessa forma, é proposta a criação de um índice de impacto social, que deve ser utilizado sobre o valor final do processo de avaliação, pois assim se valorizam ainda mais os aspectos sociais ligados às ações de Extensão. Pretende-se exemplificar esse índice utilizando-se as ações de Extensão cadastradas em uma unidade acadêmica da UFMG.

Palavras Chaves: Divulgação científica. Interação dialógica. Universidade pública.

INTRODUÇÃO

A Universidade Pública no Brasil é o exemplo de instituição financiada por toda a população, via recursos arrecadados por impostos estatais, mas que exclui de seus benefícios diretos grande parte da sociedade, devido a sua própria estrutura de vagas limitadas que não atendem todos os potenciais beneficiários¹.

Essa instituição indiretamente favorece toda a população pela formação de profissionais, produção de novas informações e ações de extensão, mas seus benefícios diretos são apropriados por poucos. As atividades de Extensão, que seriam um momento de interação da Universidade com a Sociedade e que poderiam ampliar o alcance das suas ações, ainda são tratadas como de menor importância frente às outras atividades universitárias de ensino e pesquisa, restringindo ainda mais os benefícios da Universidade percebidos socialmente.

O fato de não comportar grande parte dos estudantes universitários em seus quadros faz com que poucos tenham acesso direto ao seu principal benefício: a formação superior pública e gratuita. Dessa forma, há uma crítica à universidade pública, de que esta apenas atende à elite, bem como de que as pesquisas realizadas também têm esta característica, ou seja, são feitas para atender os anseios das classes mais abastadas, justamente aquelas que obtêm o benefício do ensino superior. Esse problema é observado na extensão com menos intensidade dado o fato de historicamente receber menos atenção que o ensino e a pesquisa, bem como manter alguns laços com outros estratos da população.

Com o ganho em importância que as ações de extensão vêm alcançando nos últimos anos, inclusive contando como um dos critérios para a alocação de vagas docentes, no caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), surge a necessidade de se avaliar as ações de Extensão Universitária. É nesse momento que a Universidade deve repensar suas práticas de extensão, pois, se forem valorizados os aspectos elitistas e tradicionais, em detrimento das práticas de inclusão social, ou a omissão desse aspecto, a Universidade não deixará de se configurar como uma ferramenta de exclusão social.

A Extensão Universitária tem um importante papel a cumprir na integração dos avanços gerados na Universidade com a sociedade em geral. Essas ações têm ainda um grande potencial de divulgação científica, uma vez que podem levar a informação científica de uma forma facilmente assimilável para toda a população. Mas para que isso aconteça, a Extensão tem que se comportar como um setor inovador no organismo universitário. Se ela apenas reproduzir o que é feito na pesquisa e no ensino, além de nunca passar de terceira atividade na Universidade, poderia ser responsável por um impacto socialmente negativo, pois suas ações se reverteriam em benefício apenas para o extrato mais elitizado da população.

Nesse sentido, visando contribuir com os esforços de setores da Universidade em avaliar os impactos que as ações de extensão produzem, objetiva-se a construção de um índice - o Índice de Impacto Social, que foca no atendimento ao público excluído da universidade. Este artigo apresenta a proposta deste Índice e a sua aplicação, por meio de um estudo de caso das ações de Extensão de uma unidade acadêmica da UFMG, a Escola de Veterinária.

¹ A este respeito observar o trabalho de Gomes (2002) que concluiu que no Brasil são as instituições de ensino superior particulares que vem democratizando o acesso ao ensino superior.

1. Universidade, desigualdade e Extensão Universitária

A ideia de que a instituição acadêmica tem uma função ou papel social a cumprir esteve presente desde a fundação das primeiras Universidades, no século XII, sendo fator de conflito e tensão no relacionamento destas com o Estado e a Sociedade (Santos, 1994). Na América Latina, a Universidade teve seu surgimento vinculado às ordens religiosas e se configurara, desde seu início, em instituições segregadoras e elitistas, não atendendo às camadas mais pobres da população (Paula, 2011). Essa mácula excludente acompanha a universidade até os dias de hoje, na seleção dos alunos, na realização de pesquisas, na divulgação dos seus resultados ou nas práticas de extensão.

A Universidade, no Brasil, se configura como uma instituição elitizada que exclui de seus maiores benefícios grande parcela da população. Dados do Inep (INEP, 2011) mostram que, atualmente, existem 6,37 milhões de pessoas matriculadas em IES; já no ensino médio existem 7,1 milhões, o que mostra que uma parte dos estudantes que conclui o ensino médio não vão para as IES. Essa disparidade é ainda maior quando se observa que no ensino fundamental existem 15,4 milhões de matrículas. Em um estudo do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes, Pacheco e Ristoff (2004) relataram que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito. Desse modo, a exclusão social se configura como uma das fontes importantes de exclusão ao ensino superior.

Bourdieu e Champagne (2001) afirmaram ainda que os estudantes oriundos das classes mais pobres sofrem com formas marginais de inserção no ensino superior, reforçando a tese dos excluídos do interior, ou seja, das práticas mais brandas ou dissimuladas de exclusão, no interior das IES, o que de forma direta ou indireta os impede de concluir a formação superior.

Ao tratar de exclusão no ensino superior, Buarque (1994) afirmou que o Brasil vivia, àquela época, um raro momento em que o ensino superior estatal era criticado em nome da justiça social, uma vez que as Universidades estatais, públicas e gratuitas, estavam ocupadas com os filhos das classes média e alta. A afirmação de Buarque é corroborada por Leite e Morosini (1992), que afirmaram que as instituições de ensino superior não públicas têm contribuído para a massificação do ensino, cumprindo a função de democratização do acesso ao ensino superior, enquanto as universidades públicas e gratuitas mantêm-se como redutos elitistas, onde ingressam jovens dos estratos sociais mais elevados.

Zago (2006) constatou que a reduzida representatividade no ensino superior por parte dos habitantes da favela é verificada igualmente entre a população incluída nos níveis mais baixos de renda. Para o autor “não se está falando de minorias, mas de uma grande maioria excluída do sistema de ensino superior brasileiro, sobretudo se considerarmos que na faixa etária de 18 a 24 anos apenas 9% frequenta esse nível de ensino, um dos percentuais mais baixos do mundo” (Idem, pág. 228).

A qualidade do ensino superior é também contestada. Chauí (1989) afirmou que, ao excluir a formação do cidadão, a educação é reduzida ao ensino superior (entenda-se qualificação para o trabalho), e que, como em um supermercado, o ‘cliente’ (estudante), diante das opções de mercadorias (cursos e instituições), compra a que lhe renderá maior lucratividade, numa relação custo-benefício em tudo estranha aos valores da formação de indivíduos com vistas à autonomia intelectual (Meneghel, 2000). Ou seja, este, ensino superior é implementado em uma base extremamente tecnicista em detrimento de uma formação humanizadora. A Extensão, ao aproximar a Universidade da população e de sua realidade social, poderia contribuir para a correção dessa formação tecnicista do ensino superior.

As características elitizada e tecnicista das universidades fazem com que as pesquisas também favoreçam os interesses das classes que frequentam a universidade. O direcionamento da geração de informações para essa parcela da população exclui o restante dos seus benefícios diretos. Nesse contexto a intensificação das interações entre universidades e empresas, a partir dos anos 1980, se por um lado vem se refletindo na criação de novos mecanismos institucionais de transmissão de tecnologia e de conhecimento, por outro sinaliza um processo caracterizado por fluxos bilaterais de conhecimentos e técnicas (Meyer-Kramer e Schmoch, 1998), conhecimentos esses gerados em ambas as dimensões, mas que convergem somente em favor dos grupos empresariais, em detrimento das necessidades da sociedade em geral.

No Brasil, a produção da pesquisa, historicamente, tem beneficiado o setor empresarial ou alguns segmentos da população em detrimento da geração de melhorias que poderiam ser apropriadas diretamente por toda a sociedade. Nesse contexto, há o financiamento das pesquisas acadêmicas por esses grupos, com a contrapartida da criação de inovações tecnológicas que serão apropriadas por eles. Desse modo, os benefícios gerados com a pesquisa atingem indiretamente a sociedade, pela disponibilidade de novos serviços e produtos, mas diretamente alcançam os grupos elitizados, que passam a ser os detentores daquela tecnologia e a revendem para o restante da sociedade.

Em nível estadual, observa-se a criação de mecanismos específicos de estímulo à cooperação da comunidade acadêmica com o setor empresarial provenientes das Fundações de Amparo à Pesquisa em todo o Brasil (Rapini, 2007), mostrando que boa parte das pesquisas está vinculada e dependente desse setor, prática que não teria maiores problemas se não fosse o fato da

Universidade na qual se desenvolveu a inovação e o trabalho do pesquisador ser financiada por toda a população. Em contraposição, boa parte dessa população poderá não ter os recursos materiais necessários para se beneficiar do novo produto, cuja origem encontra-se nas pesquisas.

A análise dos processos de “modernização” empreendidos pelas leis de reforma das Universidades, tanto o impulsionado em 1968 quanto em 1996, mostra que esses se deram em paralelo a um processo mais amplo de ajuste do aparelho estatal ao processo de reestruturação do capital (Meneghel, 2000). Nesse sentido, Rapini (2007) afirmou que há a necessidade de um reposicionamento do papel desempenhado pelas universidades, as quais não apenas são responsáveis pelo treinamento, como passaram a fornecer conhecimento crucial para a evolução de alguns setores industriais. Isso mostra que cada vez mais o conhecimento e os avanços gerados no interior das universidades, financiadas por toda a sociedade, são apropriados por alguns grupos sociais elitizados.

O mais grave é que, nos países em desenvolvimento, a maior parte das atividades de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias é realizada pelo setor público, via empresas estatais, instituições de pesquisa e universidades federais (Sutz, 2000). Esse conhecimento será apropriado pelos grupos empresariais, aumentando a desigualdade existente entre os que dominam o saber tecnológico e os que têm de pagar pela utilização destes.

Durante os anos 1990, a diversificação e diferenciação das IES visavam expandir a oferta de ensino superior e torná-la mais ágil no atendimento e na produção de um saber interessado no desenvolvimento econômico (Meneghel, 2000). Novamente as Universidades atuam como fatores geradores de desigualdades sociais e não como promotoras do desenvolvimento social, uma vez que geram informações que são apropriadas por um segmento da sociedade que passa a ter a possibilidade de vender “os frutos” dessa informação ao restante da sociedade. Dessa forma, a maioria das pesquisas desenvolvidas no âmbito das universidades não se prestam a redução das desigualdades existentes, sendo antes mais uma ferramenta de exclusão.

Assim, como comunidade do saber, responsável pela produção do conhecimento e também pela distribuição de capital cultural, a universidade tem colocado a ciência institucionalizada como mercadoria (Leite e Morosini, 1992). Essa mercantilização das informações é sempre mais prejudicial para as populações em algum tipo de exclusão. Tem-se que levar em consideração que em países marcados pela desigualdade social, como o Brasil, um dos papéis que se espera da Universidade é o de contribuir para a correção dessas desigualdades.

Buarque (1994) afirmou que a injustiça da universidade pública não reside no fato de que nela só entram os filhos dos ricos — isso é injustiça social. A injustiça da Universidade está em que todos aqueles que dela saem trabalhem apenas para os ricos, em decorrência da estrutura, do currículo e dos métodos de trabalho. Formar e ser elite intelectual não é erro, é obrigação. Errado é só servir à elite econômica e social. É na modificação dessa perspectiva que devem ser pensados os sistemas da avaliação das ações de Extensão Universitária.

É certo que a formação e a qualificação dos profissionais se traduzem em benefícios, diretos ou indiretos, para toda a sociedade. Porém, em um país onde a maioria das pessoas não tem acesso às universidades públicas, os maiores beneficiados com essa formação profissional são os próprios estudantes ou os egressos. Essa formação privilegiada é utilizada como um valor profissional, pois poucos vão ter a competência gerada por um curso superior, obtendo maiores ganhos com seu trabalho e perpetuando as condições de desigualdade social, como pode ser visto na Tabela 01.

Tabela 01 – Salário Médio em reais em função do Nível de Escolaridade no Brasil

Escolaridade	Salário Médio
---------------------	----------------------

Analfabeto	606,94
5º ano incompleto do fundamental	654,65
5º ano completo do fundamental	676,52
Do 6º ao 9º ano do fundamental	680,43
Fundamental completo	717,46
Médio incompleto	660,91
Médio completo	762,28
Superior incompleto	1.009,37
Superior completo	2.117,13

*Fonte: Adaptado Dieese (2011)

Como pode ser visto, os analfabetos recebem, em média, 3,5 vezes menos do que aqueles que possuem curso superior. Já a diferença dos analfabetos para os que têm nível médio completo é de 1,25 vezes menos. A diferença entre o nível médio completo e o superior é de 2,8 vezes, o que demonstra uma acumulação de renda pelas pessoas com nível superior em detrimento daqueles sem essa escolaridade, o que aprofunda as desigualdades sociais. Segundo dados do DIEESE, somente 16,5% dos empregos formais no Brasil são ocupados por pessoas com curso superior, o que explica, em parte, essa disparidade na remuneração entre os níveis de escolaridade.

Os dados da Tabela 01 mostram a grande diferença da média de rendimento entre as pessoas que tiveram acesso à universidade e o restante da sociedade que foi excluída dessa oportunidade de escolarização. Como, em sua maioria, são os representantes da elite que ocupam essas vagas da formação superior, a Universidade vai reproduzir a desigualdade social em seus quadros, e também pode, ou não fomentar essa desigualdade. Nesse caso, as propostas de extensão podem ser um importante caminho para a universalização dos benefícios das universidades.

A Extensão universitária é a forma pela qual as Instituições de Ensino Superior (IES) estendem sua área de ação às organizações sociais, outras instituições e populações de um modo geral (Nogueira, 2005). No Brasil, é com as ações de alfabetização de adultos, coordenada por Paulo Freire, na década de 1960, que a universidade descobre e desenvolve instrumentos que a aproximam dos setores populares, tanto mediante a ação concreta de alfabetização, quanto mediante a elaboração de metodologias de interação entre o saber técnico-científico e as culturas populares (Paula, 2011), cumprindo efetivamente o papel que se espera da Extensão.

Em uma perspectiva teórica, as três funções tradicionais da Universidade – ensino, pesquisa e extensão – apresentam-se como uma das maiores virtudes e expressão do compromisso social das Universidades Públicas no Brasil (Martins, 2011). Porém, a sua implementação efetiva, feita de uma forma elitista, faz com que esse compromisso social exista apenas na teoria da maioria dessas instituições.

Nesse contexto, a Extensão tem muito a contribuir na formação dos estudantes, tanto por suas dimensões ético-políticas, quanto por suas dimensões didático-pedagógicas (Martins, 2011). Para Martins (2011) o ensino superior não deve ser reduzido apenas às dimensões técnicas de seu futuro exercício profissional, mas deve ser expandido para a discussão das condições histórico-sociais em que esse exercício ocorrerá. Para que a formação desses estudantes seja ligada à realidade, eles devem ter contato com as populações e seus problemas, prática essa que possui na extensão um espaço privilegiado.

No entanto, as características elitistas da Universidade fazem ainda com que a maioria das ações de Extensão sejam direcionadas para as elites, especialmente quando se trata de egressos de cursos superiores. Estes, que já obtiveram o benefício do curso superior, são novamente beneficiados com cursos e eventos, em geral de curta duração, que visam a qualificação profissional ou atualização dos conhecimentos técnicos. Nesses casos, reforça-se o caráter

desigual, em detrimento da inclusão de outros grupos sociais. Porém, entendendo a Extensão como a prática acadêmica que interliga as ações de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, buscando implementar o compromisso social da Universidade (Nogueira, 2005), faz-se necessária uma reestruturação das práticas de Extensão para o cumprimento efetivo desse papel.

Como estruturalmente a Universidade não comporta toda a população em seu quadro, as ações de Extensão se tornam veículos privilegiados para a socialização dos avanços gerados pela Universidade, permitindo a aproximação e o diálogo com as populações excluídas da sua esfera.

Segundo Demo (1999), o compromisso social será o lugar da política social do conhecimento, sendo fundamental que ações desenvolvidas pela Universidade objetivem a superação das desigualdades presentes na sociedade. O compromisso social é implementado sempre que a universidade pauta sua missão na formação do educando e na transformação da sociedade. Para Demo (1999), na lógica da Universidade Pública, a falta de compromisso social é um escárnio.

2. Um projeto de avaliação da Extensão Universitária

A avaliação de aspectos ligados a instituições de ensino nunca é destituída de vínculos estratégicos com a organização do sistema de ensino (Gomes, 2002). Por isso, deve ser dada atenção especial à avaliação da Extensão, pois esta é uma área menos visada nas Universidades, em comparação com o ensino e a pesquisa, e justamente por isso ela pode ter uma atuação inovadora. Por outro lado, a avaliação, ao ocorrer no interior dessas instituições, pode sofrer com todas as máculas acumuladas, principalmente com as marcas elitizantes e segregadoras.

Quando se pensa em avaliação, não se pode perder de vista que todo processo de avaliação é também uma forma de valorização de algumas ações e de desvalorização de outras, sendo a avaliação uma forma de promoção de mudanças. Ao se pensar a avaliação e as mudanças que esta trará para a Extensão Universitária, a Universidade vive um momento ímpar para a valorização das práticas que promovam sua inserção e socialização efetiva com toda a sociedade.

Uma das formas de se contornar as críticas à Universidade do Brasil seria a valorização de práticas que objetivam a mudança social, a correção das injustiças sociais. Esse seria um dos papéis fundamentais da Extensão como alargadora de fronteiras, da própria universidade, que lhe permitiriam a socialização de seus avanços com a grande maioria da população.

A avaliação das ações de Extensão, tendo como referência o público-alvo, visa favorecer as práticas que busquem estender o espaço da Universidade para o público que historicamente foi excluído desta. A Extensão com/para um público excluído é um dos requisitos básicos para a promoção de ações que gerem resultados efetivos e que se traduzam pela inclusão. Seria a extensão como alargamento de fronteiras, socialização de oportunidades e inclusão (Prado e Ramirez, 2011).

As ações de Extensão Universitária, se forem bem fomentadas, têm grande capacidade de superar o modelo elitista da Universidade no Brasil, mas para isso sua avaliação deve valorizar práticas que visem o atendimento das populações que historicamente foram excluídas do ensino superior, mas que são na verdade seus grandes financiadores.

Para que a Extensão alcance seus objetivos de inclusão social, é inicialmente necessário superar o seu entendimento tradicional como extensão do conhecimento e passar a entender esse processo como a extensão do espaço social e universitário, com inclusão das pessoas que inicialmente estavam excluídas desse espaço. Dessa forma, a avaliação da Extensão, de um modo geral, deve sinalizar para as práticas verdadeiramente dialógicas, interativas entre a

universidade e a sociedade em geral. Para tanto, devem ser negativamente valorizadas as práticas autoritárias, impositivas e messiânicas de Extensão (Prado e Ramires, 2011) e valorizadas positivamente práticas dialógicas, emancipadoras, que naturalmente vão se prestar à correção das desigualdades sociais. Dentro da perspectiva da relação entre a extensão, o ensino e a pesquisa, propõe-se a ideia de comunicação entre a universidade e a sociedade, não mais no sentido de transmissão de conhecimento, mas de interlocução (Nogueira, 2005), onde o público-alvo não recebe passivamente os conteúdos que lhe são impostos, mas é capaz de escolher os temas que mais lhe interessam.

A extensão universitária tem uma importante função interna à universidade, que é o fato de abrigar órgãos e desenvolver atividades que permitam a decisiva interligação entre a cultura científica (Paula, 2011) e as camadas mais pobres da sociedade. Nogueira (2005) afirmou que já nas primeiras avaliações das ações de Extensão Universitária houve a inclusão da avaliação da relevância social destas, sendo privilegiadas as ações que possibilitavam a contribuição para a inserção política, econômica, social e cultural das populações excluídas (Nogueira, 2005).

Não se pode perder de vista que a educação superior, mais do que se refletir na formação dos indivíduos particulares, revela-se fator estratégico de desenvolvimento social (Martins, 2011). Por isso as instituições de ensino superior devem pautar seus trabalhos em ações que promovam a correção das injustiças.

O regimento da UFMG, em seu Capítulo IV, Art. 83, afirma que cabe à extensão a ampliação da relação entre a Universidade e a Sociedade, sendo que, no documento de planejamento da Extensão na UFMG, uma das cinco diretrizes da extensão é o Impacto Social. Esse afirma que as ações de Extensão devem ser voltadas para os interesses e as necessidades da maioria da população, sendo uma aliada dos movimentos de superação de desigualdades e da exclusão social (Proex, 2010). Segundo essa mesma fonte, outro papel que se espera da Extensão Universitária é a atuação na implementação de políticas públicas voltadas a redução das desigualdades sociais. Tendo esses pressupostos como parâmetro para as práticas de Extensão Universitária, propõe-se um índice que contribui para a avaliação dessas ações, tendo como referência o seu público-alvo, atribuindo resultados àquelas que buscam beneficiar o público excluído da Universidade.

2.1. O Índice de Impacto Social (IIS)

O Índice de Impacto Social (IIS) pretende corrigir as possíveis falhas e inconsistências do sistema de avaliação da Extensão, favorecendo as ações que sejam destinadas a abertura do espaço e benefícios gerados pela Universidade para toda a sociedade. Também pretende gerar informações que permitam que se cumpra com o principal papel que se espera da extensão: priorizar ações que rompam com a dependência econômica, cultural e política, tornando-se elemento essencial para a construção da cidadania (Nogueira, 2005).

Esse Índice não se furta à tarefa de encaminhar a Extensão para práticas voltadas a um público excluído da Universidade, pois uma política de avaliação deve distinguir-se pela contribuição à compreensão crítica dos impactos e usos da avaliação e dos seus resultados como instrumento de exercício do poder (Gomes, 2002). Seu principal objetivo é verificar a capacidade de inclusão das ações de extensão e, para isso, valoriza as ações que promovam efetivamente a inclusão de populações que vivem à margem dos principais avanços gerados pela Universidade.

O IIS deve ser aplicado na avaliação quantitativa da Extensão. Dada a heterogeneidade das práticas de extensão, a avaliação de todas por um mesmo sistema de critérios pode produzir inconsistências. A aplicação do IIS fará com que esses problemas sejam minimizados.

Outra forma de se avaliar as ações de Extensão seria a definição de critérios diferenciados para os diversos tipos de ações. Porém esta poderia fazer com que os requisitos de um tipo de ação

fossem mais facilmente atendidos que por outro tipo. Nesse caso, a aplicação do IIS também contribuiria para a correção desses problemas, uma vez que privilegiaria as práticas mais inclusivas.

Desse modo, a utilização do índice faz com que a Universidade valorize positivamente as práticas que promovam uma efetiva interação da instituição com toda a sociedade. Favorece, ainda, o sistema de avaliação da Extensão pela correção das possíveis falhas em favor das ações mais inclusivas, possibilitando a comparação entre as ações de Extensão de diferentes naturezas (curso, eventos, projetos, programas, programas de rádio e TV, etc.), uma vez que o sistema de avaliação da Extensão deve ser capaz de gerar uma valorização geral para todos os tipos de ações.

Este Índice pode também ser aplicado como único critério de avaliação da Extensão Universitária, pois representa uma valorização das ações voltadas para a abertura da universidade a um público excluído. Mas apenas a utilização do IIS, sem que este esteja vinculado a um sistema maior de avaliação da extensão, provoca um empobrecimento desta, pois ignora os outros requisitos básicos da Extensão (interação dialógica, impacto na formação dos discentes, impacto na pesquisa).

É certo que as atividades de extensão são veículos privilegiados da interação da Universidade com a sociedade (Proex, 2010). Mas é importante observar que boa parte dos coordenadores e propositores, quando concebem as ações de extensão voltadas à participação do público externo à universidade, o fazem de uma forma utilitarista. O público é utilizado como detentor de importantes conhecimentos de interesse da academia e, por isso, essa se aproxima dele ou então como um parâmetro para o teste de novas tecnologias. Ambas as formas de interação com o público não alteram o caráter concentrador e elitista da Universidade, pois o conhecimento popular e a nova tecnologia testada sobre esse público serão apropriados pela elite. Esse é um dos motivos para que o IIS seja associado a um sistema mais completo de avaliação da Extensão Universitária.

O IIS é um índice numérico de multiplicação, que varia de 0,2 a 1,5, e deve ser utilizado sobre os valores do sistema geral de avaliação da Extensão. Mesmo que entre os critérios gerais de avaliação da extensão já exista a avaliação do público-alvo e da cobrança de taxas, o IIS deve ser aplicado, pois ele faz com que toda a avaliação da extensão seja ponderada pelo seu impacto social, dado o histórico de atuação das Universidades na Extensão e o importante papel que é reservado a essa instituição na superação das desigualdades sociais.

Este índice não leva em consideração as ações estritas de prestação de serviço, aqui entendidas como aquelas atividades desenvolvidas na Universidade e que não tem uma ligação direta com o ensino, caracterizando-se como práticas de mercado. Elas devem ser reguladas nessa perspectiva e não na de uma prática de Extensão. Isso não quer dizer que as práticas de Extensão não promovam a prestação de serviço, quando, por exemplo, realizam serviços gratuitos para o atendimento de populações, como aqueles prestados pelo Hospital das Clínicas ou pela Clínica de Psicologia (FAFICH).

Um dos indicadores utilizados para a composição do Índice de Impacto Social foi o público-alvo da prática de Extensão Universitária, que foi avaliado quanto ao fato de ter sido excluído da formação superior (Excluído) ou egresso (Egresso), sendo entendido com aquele que tem formação superior, independentemente da instituição em que se formou. Nesse ponto não diferenciamos a formação em uma universidade pública ou particular, pois o nosso foco está no fato da exclusão ou não da formação superior, e por entender que não cabe à Extensão corrigir possíveis falhas na formação técnica das diferentes instituições.

O segundo indicador analisado foi o da cobrança ou não de taxa pela participação em cursos e eventos. O fato da cobrança, qualquer que seja seu valor, é um obstáculo para a participação das populações mais pobres. Esse obstáculo será menor quanto maior for o nível de renda das populações. Desse modo, o simples fato de uma prática de Extensão cobrar pela participação do seu público-alvo já é um fator de exclusão daqueles mais pobres.

A cobrança de taxas é aqui analisada apenas na perspectiva de sua existência ou não, pois espera-se que a avaliação dos valores cobrados para a participação nessas ações seja objeto da avaliação geral da Extensão. A cobrança de taxas é avaliada apenas como um obstáculo, independentemente do seu valor, pois é considerada mais excludente que outra na qual não se cobra pela participação. Zago (2006), trabalhando com estudantes de camadas populares que tiveram acesso à universidade, afirmou que vários estudantes se sentem à margem de muitas atividades mais diretamente relacionadas ao que se poderia chamar de investimentos na formação (congresso, conferências, material de apoio). Desse modo, a cobrança de taxa é um fator de obstáculo até para a população que não é excluída da universidade. Assim, condicionar a extensão ao mercado implica grande empobrecimento de seus fins maiores (Martins, 2011), a oportunidade de interação dialógica da universidade com a sociedade e a promoção da redução das desigualdades.

Outro fator levado em consideração foi a duração da ação. As ações foram classificadas como de curta duração, eventuais, ou continuadas, onde se privilegiam aquelas continuadas em detrimento das eventuais, levando-se em conta que uma ação continuada é mais complexa de ser gerenciada do que uma eventual. A simples avaliação das ações de Extensão sem levar em conta a complexidade de sua execução é uma grande fonte de inconsistência para qualquer sistema que se proponha a avaliar a Extensão Universitária. A realização de um curso de curta duração, de uma semana, por exemplo, é bem mais simples e requer menos trabalho que uma ação continuada de atendimento comunitário. Assim, na construção do IIS, a duração da ação também foi analisada, lembrando que esse indicador se encontra disponível para a livre consulta da comunidade da UFMG no SIEEX (Sistema de Informação da Extensão).

Este Índice deve ser aplicado sobre um sistema de avaliação já estruturado e não como uma ferramenta autônoma de avaliação. Dessa forma, ele se configura como um Índice numérico de multiplicação sobre a valorização numérica das práticas de Extensão. Uma primeira medida é a valorização das ações de extensão conforme alguns critérios. A tabela 02 apresenta a sistematização dessas informações.

Tabela 02 – Índice de Impacto Social por tipo de ação de extensão.

Tipo de Ação	Pontuação
Ação de Extensão continuada para um público excluído*	1,0
Com a realização de cursos	
Sem cobrança de taxa	1,5
Com cobrança de taxa	1,1
Ação de Extensão continuada para um público egresso**	0,5
Com a realização de cursos	
Sem cobrança de taxa	0,8
Com cobrança de taxa	0,6
Cursos e Eventos para um público excluído	

Sem cobrança de taxa	0,8
Com cobrança de taxa	0,5
Cursos e Eventos para um público egresso	
Sem cobrança de taxa	0,4
Com cobrança de taxa	0,2
Programa de Rádio ou TV para ser veiculado continuamente	
Para um público geral	1,0
Para um público específico excluído	1,0
Para um público específico egresso	0,5

*Egresso é aquele que cursou um curso superior

**Excluído é aquele que não cursou um curso superior

Esses indicadores foram escolhidos por serem de fácil verificação, uma vez que já constam no Sistema de Registro de Extensão (SIEX- Sistema de Informação da Extensão) da UFMG e são facilmente auditados. Esses dados também são acessíveis a toda comunidade da UFMG, o que lhes confere uma grande transparência. Os indicadores são ainda robustos para a qualificação da prática de Extensão quanto ao seu potencial impacto socialmente transformador, ao se destinar ao atendimento das populações que não participam dos benefícios gerados pela universidade. Cada prática de extensão é pontuada conforme os valores elencados na tabela 02, que serão utilizados para a multiplicação da nota de avaliação da prática, pelo sistema geral de avaliação das ações de Extensão. Desse modo, as práticas envolvendo um público excluído têm suas notas finais mantidas ou aumentadas, enquanto as atividades que visam o atendimento a um público egresso têm sua nota final diminuída.

A aplicação do IIS é importante porque se entende que vale pouco para a sociedade uma prática de extensão bem configurada metodologicamente, dialógica, não impositiva, associada a processos educativos, que faz parte da formação dos discentes da universidade, mas que beneficie um grupo social elitizado, que já se beneficiou dos avanços gerados pela universidade. Essa prática não estaria sendo efetiva em gerar impactos sociais transformadores, por isso a aplicação do Índice visa corrigir tal distorção das avaliações da Extensão.

Este índice atende à dinâmica que reconhece a prática social como importante critério valorativo do que se produz em relação ao conhecimento, bens e serviços e às capacidades desenvolvidas nos formandos Martins (2011). Por isso, a Extensão Universitária tem um papel fundamental na formação dos estudantes como sujeitos capazes de intervir de uma forma consciente e transformadora na sociedade.

Para a utilização do IIS trabalhou-se com um exemplo hipotético de avaliação de ações de Extensão Universitária com quatro ações e quatro indicadores. A avaliação terá como parâmetro a participação dialógica do público-alvo, a participação de discentes, se gerou ou não publicações e a participação do público-alvo na construção da ação, além dos indicadores necessários para a aplicação do IIS.

Tabela 04 – Aplicação do IIS em um sistema de avaliação hipotético contendo quatro ações (A, B, C e D) e quatro indicadores.

Indicadores	Pontuação máxima	A	B	C	D
Participação dialógica do público-alvo	25	20	20	25	0

Participação de discentes	20	0	10	20	20
Gerou publicação	5	0	5	0	5
Participação do público na construção da ação	50	10	45	0	25
NOTA		30	80	45	50
IIS*		1,5	0,2	1,0	1,0
Nota corrigida pelo IIS		45	16	45	50

*Para a aplicação do IIS consideram-se as ações como:

A – continuada para um público excluído com a realização de curso sem a cobrança de taxas;

B – um curso para um público egresso com a cobrança de taxa;

C – uma ação continuada para um público excluído;

D – programa de rádio para um público geral.

Como pode ser visto na tabela acima, a avaliação das ações de Extensão foi feita em 100 pontos possíveis. Depois da avaliação feita, é aplicado o IIS sobre a pontuação atingida por cada ação.

Nesse exemplo pode-se observar que não há uma grande interferência do IIS na classificação das práticas pensadas para um público excluído, porém, quando se confrontam estas com práticas desenvolvidas para um público egresso, há uma considerável modificação na classificação das ações.

Dessa forma, o IIS permite a valorização das práticas destinadas a um público excluído da Universidade, que, como pode ser observado na Tabela 03, ainda são uma minoria no contexto da Extensão na Escola de Veterinária. Para que a extensão atinja o que a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto espera dela, um papel estratégico democratizante, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais (Brasil, 2000), sua prática deve ser radicalmente modificada. Um dos importantes passos para essa modificação seria a criação de um sistema de avaliação que valorizasse o impacto social das ações.

3. Análise das ações de Extensão Universitária da Escola de Veterinária da UFMG

Para o estudo de caso de avaliação do impacto social das ações de Extensão Universitária, foi escolhida a Escola de Veterinária da UFMG. Foram analisadas todas as ações oficialmente registradas no SIEX, no ano de 2011 (SIEX, 2011). Essas informações foram analisadas quanto à sua natureza, ao seu público-alvo e à cobrança de taxas para participação, e devidamente pontuadas. Posteriormente, foi aplicado o Índice de Impacto Social sobre todas elas, para a verificação da operacionalidade deste. Essa Escola foi escolhida para a aplicação de tal índice devido ao conhecimento de suas ações pelos autores, por ser uma Unidade que tradicionalmente se dedica bastante à promoção de ações de Extensão e por não possuir nenhuma característica peculiar quanto às práticas de Extensão Universitária.

Na tabela 03 é apresentado o número total das ações de Extensão Universitária realizadas pela Escola de Veterinária da UFMG constantes no sistema de registro da Extensão² e classificado conforme os indicadores que fazem parte do IIS.

Tabela 03 – Ações de Extensão Universitária da Escola de Veterinária registradas no SIEX

Tipo da Ação	Público		Pagamento	
	Egresso	Excluído	Sim	Não
Curso e Eventos	39	2	26	15
Programas**	0	10	1	9
Programas de TV ou Rádio	0	2	0	2
Total	39	14	27	26

*Fonte: Adaptado de SIEX (2011)

**Consideram-se nesta tabela os programas e projetos registrados no SIEX que tenham perspectiva de duração de um ano ou mais.

Uma primeira constatação é a de que das ações desta Unidade registradas no SIEX, 77,36% são cursos e eventos de curta duração, e destes, 95,12% são destinados a um público egresso da universidade. Do total das ações, 73,58% são destinadas ao atendimento de um público egresso, mostrando que elas pouco contribuem para o impacto social requerido das práticas de Extensão. Apenas 22,62% são ações na forma de programas que se destinam ao atendimento de um público excluído da universidade.

Pode-se observar, na Tabela 03, que as ações de Extensão implementadas nessa unidade também seguem a mesma característica elitista da Universidade como um todo. Ao observar que 73,58% das ações de Extensão são destinadas a um público egresso, observa-se que estas não estendem o universo de atendimento da Universidade, pois é atendido o mesmo público que tradicionalmente já se apropria dos benefícios dessas instituições. Nesse contexto, um sistema de avaliação que valorizasse as práticas que atuam dentro da noção de compromisso social contribuiria para que a visão elitizada da Extensão seja superada.

Dessa forma, percebe-se que as ações implementadas no âmbito da Extensão Universitária são de caráter elitista, sendo a avaliação da extensão uma oportunidade para a reversão desse quadro.

CONCLUSÃO

O sistema de avaliação da Extensão deve romper com a ideia elitista que existe na Universidade, abrindo-a para o diálogo com toda a sociedade e compartilhando com esta os avanços gerados em seu âmbito.

A maioria das ações de Extensão Universitária implementadas pela Escola de Veterinária da UFMG se configuram como cursos de curta duração destinados a um público egresso da universidade.

² Todas as ações de Extensão Universitária Registradas no SIEX (SIEX, 2011) da Escola de Veterinária e sua pontuação no Anexo I

O Índice de Impacto Social se apresenta como uma importante ferramenta para a avaliação das ações de Extensão Universitária, uma vez que privilegia o atendimento a um público-alvo excluído do acesso à formação superior e mais excluído socialmente.

A utilização do Índice de Impacto Social, por privilegiar as ações que tenham como público-alvo as populações excluídas da Universidade, tem o potencial de redirecionar parcialmente a atuação dessas instituições.

A aplicação desse índice reafirmaria o compromisso da Universidade em ser uma instituição aberta para a socialização de seus benefícios com toda a sociedade que a financia.

Evaluation of the University Extension actions from the perspective of the target audience: the Social Impact Index

242

Abstract

The evaluation of the Extension projects is a recurring concern at the university. But it is extremely important that this process is not based on those traditionally developed by Research, under penalty of Extension never cease occupying a subordinate position in the academic universe. Once the evaluation process is also one of the guiding actions to be implemented, it is proposed that these values the target to which it aims and, consequently, its social impact, and the nature of the action, whether continuous or not. Thus it is proposed to create an index of social impact, which must be used on the final value of the assessment process, in order to appreciate even more the social aspects linked to the actions of Extension. It is intended to exemplify this index using Extension projects enrolled in an academic center of UFMG.

Keywords: Dialogic interaction. Public university. Scientific dissemination.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. **Os excluídos do interior**. In: BOURDIEU, P; CHAMPAGNE, P. (Orgs.). *A miséria do mundo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, 752p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto e Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão**. 2000. Disponível em: <www.renex.br> Acessado em: 15/11/2011.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994, 239p.

CHAUÍ, M. Produtividade e Humanidades. **Tempo Social**. V. 1, n. 2, p. 45-71, 1989.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1999, 120p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Indicadores**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/bd>> Acessado em 17/11/2011.

GOMES, A. M. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. **Educ. Soc.**, v. 23, n. 80, p. 275-298, 2002.

Avaliação das ações de Extensão Universitária sob a perspectiva do público-alvo: o Índice de Impacto Social

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDO E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Portal Inep**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acessado em 16/11/2011.

LEITE, D.; MOROSINI, M. Universidade no Brasil: a Idéia e a Prática. **R. Bras. Est. Pedag.**, v.73, n.174, p.242-254, 1992.

MARTINS, L. M. Ensino-Pesquisa-Extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na Universidade. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/oep>> Acesso em: 15/11/2011.

MENEGHEL, S. M. A crise da universidade moderna no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO-ANEP, 25., 2000, Caxambu. **Conferência**. Disponível em: <<http://www.anped.org>>. Acesso em: 15/11/2011.

MEYER-KRAMER, F.; SCHMOCH, U. Science-based technologies: university- industry interactions in four fields. **Research Policy**, v. 27, n. 8, p. 835-851, 1998.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editado da UFMG, 2005, 135p.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. **Educação superior: democratizando o acesso**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004 (Série Documental. Textos para discussão n. 12).

PAULA, J. A. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. 27 p., 2011. (Material didático).

PRADO, E.; RAMIREZ, M. A. **Agricultura Familiar e Extensão Rural no Brasil**. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2011, 120 p.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO DA UFMG – PROEX. **Plano de gestão da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG 2010-2014**. Belo Horizonte: Proex, 2010, 23p.

RAPINI, M. S. Interação Universidade-Empresa no Brasil: Evidências do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. **Estud. Econ.**, v. 37, n. 1, P. 211-233, 2007.

SANTOS, B. S. Da Idéia de Universidade a Universidade de Idéias. In: SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Afrontamento, 1994, 348p.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EXTENSÃO – SIEX. **SIEX UFMG**. Disponível em: <<https://sistemas.ufmg.br/siex>> Acessado em 05/12/2011.

SUTZ, J. The university- industry-government relations in Latin America. **Research Policy**, v. 29, n. 2, p. 279-290, 2000.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226.

Data de submissão: 14/10/2013

Data de aceite: 16/10/2016